

Roberto D'Oliveira Vieira

CONFISCO ALARGADO DE BENS

**Análise de
Direito Comparado**

2019



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Imagem de Capa: Designed by Freepik

V658c Vieira, Roberto D'Oliveira.
 Confisco alargado de bens: análise de direito comparado / Roberto D'Oliveira
 Vieira – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
 240 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3049-7.

1. Direito Penal. 2. Confiscação das coisas em relação direta à infração. 3. Confiscação dos bens. I. Vieira, Roberto D'Oliveira. II. Título.

CDD 341.5442

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
 <i>Capítulo 1</i>	
CONFISCO ALARGADO	33
1.1 Conceito e delimitação do objeto	33
1.1.1 Confisco clássico	33
1.1.2 Confisco alargado	36
1.2 Tratados internacionais e atos da União Europeia	42
1.2.1 Tratados internacionais	43
1.2.2 Atos da União Europeia.....	47
1.3 Persecução patrimonial e busca por instrumentos de repressão aos crimes lucrativos.....	54
1.3.1 Expansão do Direito Penal.....	55
1.3.2 A influência da Análise Económica do Direito	64
1.3.2.1 Noções básicas de Análise Económica do Direito ...	64
1.3.2.2 AED e Direito Penal	66
1.3.2.3 AED e o confisco	69
 <i>Capítulo 2</i>	
A PERDA ALARGADA EM PORTUGAL.....	77
2.1 O confisco e a Lei nº 5/2002	77
2.2 Requisitos da perda alargada.....	83
2.2.1 Catálogo de crimes.....	83

2.2.2	Patrimônio do condenado.....	87
2.2.3	Incompatibilidade entre o patrimônio e a renda	91
2.2.4	Carreira criminosa anterior	93
2.3	Natureza jurídica do confisco e da perda alargada.....	97
2.4	Regime processual da perda alargada	102
2.4.1	Processo penal patrimonial.....	102
2.4.2	Liquidação.....	103
2.4.3	Defesa.....	106
2.4.4	Objeto da decisão	108
2.4.5	Arresto	113
2.4.6	Aplicação no tempo e prescrição	116
2.5	A perda alargada e o tribunal constitucional de Portugal.....	117
2.6	O gabinete de recuperação de activos e o gabinete de administração de bens	121
2.6.1	Investigação financeira ou patrimonial: o GRA.....	122
2.6.2	Administração de bens: o GAB	129
2.7	Distribuição de recursos e monitoramento	131

Capítulo 3

0	CONFISCO PENAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	137
3.1	Confisco e pena de confisco	137
3.2	Espécies de confisco	141
3.2.1	Confisco no Código Penal	142
3.2.1.1	Confisco clássico.....	142
3.2.1.2	Confisco subsidiário.....	143
3.2.2	Confisco na legislação especial	145
3.3	Natureza do confisco como efeito da condenação.....	147
3.4	Regime processual do confisco	152
3.4.1	Imputação patrimonial.....	153
3.4.2	Medidas cautelares patrimoniais.....	154
3.4.2.1	Sequestro.....	155
3.4.2.2	Sequestro subsidiário.....	157

3.4.2.3	Sequestro previsto no Decreto-lei nº 3.240/1941	157
3.4.2.4	Busca e apreensão	159
3.4.3	Defesa	161
3.4.4	Sentença condenatória e o confisco de bens	163
3.5	Ineficácia do processo patrimonial e do confisco.....	166
 Capítulo 4		
PROJETO DE LEI Nº 4.850/2016		171
4.1	Histórico	171
4.2	O confisco alargado no PL nº 4.850/2016.....	172
4.2.1	Requisitos do confisco alargado	176
4.2.1.1	Catálogo de crimes.....	177
4.2.1.2	Patrimônio e incompatibilidade entre o patrimônio e renda.....	181
4.2.2	Natureza.....	185
4.2.3	Regime processual do confisco alargado	186
4.2.3.1	Imputação Patrimonial	186
4.2.3.2	Defesa	192
4.2.3.3	A decisão no confisco alargado	198
4.3	Lacunas.....	204
4.3.1	Aplicação retroativa do confisco alargado	204
4.3.2	Investigação patrimonial	206
4.3.3	Distribuição dos recursos recuperados e monitoramento.....	213
 CONCLUSÃO		219
REFERÊNCIAS		223